



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

INSTRUÇÕES

1. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado;
2. No cartão de respostas, escreva a alternativa considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo;
3. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta ou rasura;
4. A prova terá duração de 3 horas;
5. O caderno de questões e o cartão de resposta deverão ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta e devolvidos ao fiscal ao término da prova;
6. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.

Exemplo de resposta:

QUESTÕES	RESPOSTA			
	A	B	C	D
1	A	<input checked="" type="checkbox"/>	C	D
2	A	B	C	<input checked="" type="checkbox"/>
3	<input checked="" type="checkbox"/>	B	C	D



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

CARTÃO DE RESPOSTAS

NOME DO CANDIDATO(A): _____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

DATA DE NASCIMENTO: _____

ASSINATURA: _____

QUESTÕES	RESPOSTAS				
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E
21	A	B	C	D	E
22	A	B	C	D	E
23	A	B	C	D	E
24	A	B	C	D	E
25	A	B	C	D	E
26	A	B	C	D	E
27	A	B	C	D	E
28	A	B	C	D	E
29	A	B	C	D	E
30	A	B	C	D	E



LÍNGUA PORTUGUESA

Os famintos e a aporofobia

Elaine Costa, Economista e Especialista em Supply Chain e Logística (UNOPAR). Dedicar-se à pesquisa sobre economia brasileira e geopolítica.

Em 08 de junho de 2022, o Brasil chegou a um triste marco histórico. Segundo pesquisa divulgada pela Rede Pessan, em parceria com o Instituto Vox Populi, 33 milhões de pessoas no país passam fome e 125,2 milhões de pessoas convivem com algum grau de insegurança alimentar. Em 1993, o número da fome era de 32 milhões de pessoas e a comoção foi tamanha que várias campanhas foram implementadas, sendo a mais famosa a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida, do sociólogo Betinho. É de se lembrar e de reverenciar o início da década de 2010, tempo em que, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do IBGE, em 2013, o número de pessoas que passavam fome estava na casa de 7,2 milhões e com algum tipo de insegurança alimentar, 65,3 milhões. Ainda naquela época, o resultado positivo das políticas sociais que diminuíram esse índice em tão pouco tempo era desacreditado, com a mídia tratando os números da Pnad 2013 como "vergonhosos".

É pelo fato de o calendário estar no século XXI que tanto assusta a primitividade do que acontece no Brasil. Jessé Souza descreve uma elite escravocrata, corrupta e predatória, que impede e sabota qualquer tipo de política pública que possa levar à igualdade. Noam Chomsky, inclusive, declara que o ódio de classe é mais extremo no Brasil do que nos EUA. Já Luís Felipe Miguel ressalta que o regime político manifestou, mais uma vez, que há uma espécie de trava acionada no sistema brasileiro toda vez que alguns grupos de interesse ficam descontentes, mudando as regras do jogo, não interessando o nível da degradação das condições de vida dos pobres.

O livro de Adela Cortina reforça a concepção que divulga desde os anos 90, não falando especificamente sobre a sociedade brasileira, mas que traz o debate para o espectro da economia política, uma vez que resgata a ideia utilitarista do indivíduo. A pessoa é tão importante quanto o que consegue "oferecer em troca". Assim, se o miserável não serve para produzir, também não tem valor. A aporofobia ou aversão aos pobres é o conceito trabalhado pela filósofa, que o difere da xenofobia (rejeição ao estrangeiro) e do racismo (discriminação por grupos étnicos). O desprezo pela população pobre é tão imenso que os que têm fome são vistos como os "que nada possuem ou têm para dar para a sociedade", são excluídos, são invisíveis e apenas são vistos quando estão "sujando" a cidade no ambiente urbano.

A aporofobia é tão evidente no Brasil, que essa patologia social se traduz em assassinatos. As agressões e mortes são subnotificadas e não demonstram a situação real, até porque são pessoas invisíveis. O Massacre da Sé e a Chacina da Candelária continuam sendo os casos mais conhecidos,



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

porém foram registrados mais de 17 mil casos de agressão a moradores de rua de 2015 a 2017. Por muitas vezes, essa violência contra o miserável é institucional. A Pastoral do Povo de Rua, do Padre Júlio Lancelloti, vêm sofrendo ataques de políticos, policiais e da própria população de São Paulo por alimentar os pobres. A mentalidade de quem é contra o trabalho do padre é de que ele não alimenta os pobres, mas apenas dá mais margem para esses inertes ficarem onde estão. Pois ali, eles estão por serem preguiçosos, poderiam muito bem arranjar um trabalho ou serem úteis. Ser pobre é ser inconveniente, estar na porta de restaurantes e mercados pedindo comida, estar deitado debaixo de viadutos ou nas calçadas, significa estar "sujando" a paisagem, um completo absurdo.

Os pobres e miseráveis deveriam ser eliminados, seja por fome ou por doença. Essa última declaração é chocante, sim, mas é a essência do pensamento de quem naturaliza a fome nesse momento. A sociedade que se presta a ouvir frases como "se não tem pão, que comam brioche" é a mesmíssima que acha uma boa ideia dar ração para crianças na escola, ou dar restos de comida de restaurante para os moradores de rua como medida de combate à fome. Debates assim são comuns. Ainda. É o século XXI. É um dos maiores países exportadores de alimentos do mundo. É o Brasil.

Enganou-se quem acreditava que a sociedade brasileira tinha avançado no que diz respeito à igualdade. O pouco que se tem não é consciência social, mas fruto exclusivo das lutas dos movimentos sociais. Parece ser uma questão óbvia a de que os avanços em políticas de segurança alimentar foram conquistados com suor e sangue, mas esse fato precisa ser lembrado sempre. A mobilização em torno da erradicação da fome no Brasil precisa ser constante. O direito do pobre de ter suas refeições não é direito adquirido, não interessa o que verse a Constituição, uma vez que se mostrou ser tão fácil a sua destruição.

Talvez a sociedade brasileira não tenha dado certo, seja sem salvação. Ou talvez, apenas como uma outra possibilidade mais otimista, um novo tempo esteja chegando com a reconstrução de marcos civilizatórios que foram perdidos ao longo do caminho, como o pensamento fundamental de que "quem tem fome, tem pressa".

Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/os-famintos-e-a-aporofobia/>. Acesso em 02 maio de 2023. Adaptado.

QUESTÃO 01: O propósito do texto é:

- a) apresentar o conceito de aporofobia.
- b) criticar os recentes governos brasileiros.
- c) refletir sobre a fome e a insegurança alimentar no Brasil.
- d) relacionar a fome e o preconceito contra pobres no Brasil.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

QUESTÃO 02: De acordo com a leitura, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Fome e insegurança alimentar são as principais causas da aporofobia no Brasil.
- b) Somente com a consciência social o país poderá apresentar menos quantitativos de insegurança alimentar e fome.
- c) Mesmo sendo um dos maiores exportadores de alimentos do mundo, o Brasil ainda revela altos índices de fome entre a população.
- d) De acordo com a autora, os pobres no país sobrevivem de doações e por isso não alcançam melhores condições de vida.

QUESTÃO 03: Com base no texto, todas as seguintes **extrapolações** podem ser feitas, **EXCETO**:

- a) A perspectiva utilitarista sobre o indivíduo é um dos principais fatores para a ideia de descarte sobre o humano.
- b) A aporofobia ocorre somente em países sul-americanos, como o Brasil, devido ao passado colonial e escravocrata.
- c) A camada populacional pobre do Brasil sofre com as consequências de pensamentos e comportamentos históricos contra eles.
- d) As ações realizadas no Brasil pelos governos diferem e dependem do nível de satisfação de determinados grupos políticos no poder.

QUESTÃO 04: São termos que demarcam a opinião da autora:

- a) “vergonhosos” (linha 12); “desprezo” (linha 27).
- b) “chocante” (linha 45); “precisa” (linha 56).
- c) “evidente” (linha 31); “óbvia” (linha 53).
- d) “tamanho” (linha 05); “talvez” (linha 59).

QUESTÃO 05: O uso de ponto em seguida nas linhas 49 e 50 demonstra a intenção de:

- a) separar orações coordenadas.
- b) enfatizar o posicionamento crítico da autora.
- c) enumerar fatos sobre o país e a situação descrita.
- d) inserir frases imperativas na argumentação do texto.

QUESTÃO 06: Analise as asserções a seguir e assinale a alternativa correta.

I. No trecho “Enganou-**se** quem acreditava que a sociedade brasileira tinha avançado no que diz respeito à igualdade.” (linha 51 e 52), a ênclise foi utilizada devido à presença da conjunção integrante “quem”.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

II. “A aporofobia é tão evidente no Brasil, que essa patologia social **se** traduz em assassinatos” (linha 31). No período destacado, usou-se a próclise, contudo, seu uso, neste contexto, é facultativo, também sendo possível o uso da ênclise.

III. Em “Enganou-**se** quem acreditava que a sociedade brasileira tinha avançado no que diz respeito à igualdade.” (linha 51 e 52), vê-se um caso de ênclise, uma vez que o pronome está após o verbo. Essa aplicação está correta, pois o verbo está iniciando a oração.

IV. “O pouco que **se** tem não é consciência social, mas fruto exclusivo das lutas dos movimentos sociais” (linha 52 e 53). Neste trecho, ocorre a próclise devido à conjunção subordinada que é uma palavra atrativa para o pronome de caso reto.

- a) Apenas as afirmativas I e III estão incorretas.
- b) III e IV estão corretas.
- c) II, III e IV estão corretas.
- d) Apenas a asserção III está correta.

QUESTÃO 07: Considere as palavras em destaque no período abaixo e marque a alternativa em que as palavras sublinhadas pertençam a mesma classe gramatical, respectivamente.

“ O direito do **pobre** de ter suas refeições **não** é direito **adquirido** [...]” (linhas 56 e 57).

- a) “Os **pobres** e miseráveis deveriam ser eliminados, seja **por** fome ou por **doença**.” (linha 44).
- b) “A **mentalidade** de quem é **contra** o trabalho do padre é de que ele não **alimenta** os pobres” (linhas 38 e 38).
- c) “[...] não interessa o que verse a **Constituição**, uma vez que se mostrou ser **tão fácil** a sua destruição.” (linhas 57 e 58).
- d) “Debates assim são **comuns**. **Ainda**. É o século XXI. É um dos **maiores** países exportadores de alimentos do mundo.” (linhas 49 e 50)

QUESTÃO 08: “Por muitas vezes, essa **violência** contra o miserável é institucional.” (linhas 35 e 36)

Observando a palavra em destaque no enunciado acima, afirma-se que o item recebeu o acento gráfico pelo mesmo motivo que em:

- a) “É um dos maiores **países** exportadores do mundo.”
- b) “Os pobres e **miseráveis** deveriam ser eliminados, seja por fome ou por doença.”
- c) “A aporofobia ou aversão aos pobres é o conceito trabalhado pela **filósofa**, que o difere da xenofobia[...].”
- d) “Parece ser uma questão óbvia a de que os avanços em **políticas** de segurança alimentar foram conquistados com suor e sangue[...].”



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

QUESTÃO 09: A vírgula foi usada pelo mesmo motivo nas frases a seguir, exceto em:

- a) “Em 08 de junho de 2022, o Brasil chegou a um triste marco histórico” (linha 1).
- b) “Em 1993, o número da fome era de 32 milhões de pessoas e a comoção foi tamanha que várias campanhas foram implementadas” (linhas 4 e 5).
- c) “O número de pessoas que passavam fome estava na casa de 7,2 milhões e com algum tipo de insegurança alimentar, 65,3 milhões” (linhas 9 e 10).
- d) “ [...] em 2013, o número de pessoas que passavam fome estava na casa de 7,2 milhões” (linhas 8 e 9).

QUESTÃO 10: Assinale a alternativa cuja aplicação e justificativa do uso da crase estejam incorretas.

- a) O aluno entregou o trabalho de fim de semestre à sua professora. – o uso da crase é facultativo, visto que antecede o pronome possessivo “sua”.
- b) A nova medida visa proteger à quem utiliza o comércio virtual. – a crase foi aplicada indevidamente em virtude da presença do pronome “quem”.
- c) Estive esperando a reunião desde às nove horas da manhã. – a crase foi usada corretamente, pois ela sempre deve ser usada antes da indicação de horas.
- d) Precisávamos voltar às pressas para o centro, devido ao nosso horário de trabalho. – a crase foi usada corretamente, uma vez que é permitida sua aplicação em locuções femininas no plural.

DIREITO PENAL MILITAR E DIREITO PENAL COMUM

QUESTÃO 11: Considerando o artigo 9º do Código Penal Militar, marque a assertiva CORRETA:

- a) Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Supremo Tribunal Federal.
- b) Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas ou das Polícias Militares contra civil, serão da competência da Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

Militar da União, se praticados no contexto do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Supremo Tribunal Federal.

c) Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto de ação que envolva a segurança de instituição militar ou de missão militar, desde que de natureza beligerante.

d) Os crimes de que trata este artigo, quando dolosos contra a vida e cometidos por militares das Forças Armadas contra civil, serão da competência da Justiça Militar da União, se praticados no contexto do cumprimento de atribuições que lhes forem estabelecidas pelo Presidente da República ou pelo Ministro de Estado da Defesa.

QUESTÃO 12: Quanto ao conceito de crime militar, analise as proposições abaixo e assinale a resposta CORRETA:

Item I – Para a teoria clássica, crimes propriamente militares seriam aqueles que só podem ser perpetrados por militares (da ativa e inativos), haja vista violação de deveres que lhes são próprios, ao passo que os crimes impropriamente militares são os crimes considerados comuns, cometidos por qualquer pessoa, civil ou militar.

Item II – Segundo entendimento da teoria topográfica, oriunda do Direito Penal comum, os crimes propriamente militares estão localizados no Código Penal Militar e no Código Penal comum, enquanto que a legislação penal extravagante abriga os denominados crimes impropriamente militares.

Item III – A teoria processual afirma que os crimes propriamente militares são aqueles cuja ação penal somente pode ser proposta contra militar.

Item IV – A classificação tricotômica assim segmenta os crimes militares: 1) crimes propriamente militares são aqueles que somente o militar pode praticar, pois consiste na afronta aos deveres próprios da caserna, a exemplo do abandono de posto; 2) crimes impropriamente militares são aqueles previstos tanto no Código Penal Militar quanto no Código Penal comum; 3) já os crimes tipicamente militares são aqueles com previsão exclusiva no Código Penal Militar, pouco importando o sujeito ativo do delito, a exemplo do crime de insubmissão.

Opções para resposta:



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

- a) Apenas o número II está incorreto;
- b) Os números I, II, III e IV estão corretos;
- c) Os números II e III estão corretos;
- d) Os números III e IV estão incorretos.

QUESTÃO 13: Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal Militar, marque a opção CORRETA:

- a) Não constituem excludentes de culpabilidade, nos crimes de deserção e insubmissão, alegações de ordem particular ou familiar desacompanhadas de provas.
- b) Apesar da especialidade da legislação militar, a Lei nº11.343, de 23 de agosto de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, aplica-se à Justiça Militar da União, desde que mais favorável ao réu e não venha ferir a hierarquia e a disciplina.
- c) Aquele que, culposamente, causar a perda, destruição, inutilização, encalhe, colisão ou alagamento de navio de guerra ou de navio mercante em serviço militar, ou nele causar avaria, estará sujeito apenas a sanções cíveis, uma vez que não há previsão do dano culposo no Código Penal Militar.
- d) O Código Penal Militar tem previsão expressa da circunstância atenuante da confissão, que será aplicada se o agente confessar, espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime, ainda que não ignorada ou imputada a outrem.

QUESTÃO 14: Considerando o Código Penal Comum e o Código Penal Militar, aponte a assertiva correta:

- a) Ambos os códigos tratam a figura do erro de forma idêntica, havendo, apenas, diferença no que diz respeito à nomenclatura, erro de tipo e erro de proibição no Código Penal Comum, e erro de fato e erro de direito no Código Penal Militar.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

b) O estado de necessidade, como causa excludente da culpabilidade, tem previsão expressa apenas no Código Penal Militar, ocorrendo quando o agente, para proteger direito próprio ou de pessoa a quem está ligado por estreitas relações de parentesco ou afeição, contra perigo certo e atual, que não provocou, nem podia de outro modo evitar, sacrifica direito alheio, ainda quando superior ao direito protegido, desde que não lhe era razoavelmente exigível conduta diversa.

c) Tanto o Código Penal comum, quanto o Código Penal Militar, cada um em sua parte geral, possuem previsão expressa da figura do arrependimento posterior.

d) Assim como o Código Penal Comum, o Código Penal Militar trata sobre o tema da dosimetria da pena, devendo o aplicador da lei castrense recorrer à legislação comum apenas no caso de omissão da lei penal militar.

QUESTÃO 15: No que diz respeito ao tratamento dado à prescrição no Código Penal Militar, marque a assertiva ERRADA:

a) A prescrição da ação penal começa a correr: 1. do dia em que o crime se consumou; 2. no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa; 3. nos crimes permanentes, do dia em que cessou a permanência; 4. nos crimes de falsidade, da data em que o fato se tornou conhecido

b) A prescrição começa a correr, no crime de insubmissão, do dia em que o insubmisso atinge a idade de trinta anos.

c) No crime de deserção, embora decorrido o prazo da prescrição, esta só extingue a punibilidade quando o desertor atinge a idade de quarenta e cinco anos, se o agente for praça ou oficial.

d) São reduzidos de metade os prazos da prescrição, quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de vinte e um anos ou maior de setenta.

QUESTÃO 16: Consoante expressa dicção do artigo 109 do Código Penal Militar, são efeitos da condenação, EXCETO:

a) Tornar certa a obrigação de reparar o dano proveniente da prática delituosa;



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

- b) Perda em benefício da Fazenda Nacional, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, dos instrumentos do crime, desde que consistam em coisas cujo fabrico, alienação, uso, porte ou detenção constitua fato ilícito;
- c) Exclusão das Forças Armadas;
- d) Perdimento em favor da Fazenda Nacional, ressalvado o direito do lesado ou de terceiro de boa-fé, do produto do crime ou de qualquer bem ou valor que constitua proveito auferido pelo agente com a sua prática.

QUESTÃO 17: A deserção, crime militar próprio, segundo a doutrina majoritária, está prevista no artigo 187 do Código Penal Militar, e estará configurada quando o militar se ausenta, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar que deve permanecer, por determinado número de dias.

Assim, considerando que um militar deveria se apresentar para o serviço na unidade em que serve no dia 01 de abril de 2023 e não o fez, estará consumada a deserção no dia:

- a) 01 de maio de 2023
- b) 09 de abril de 2023
- c) 10 de abril de 2023
- d) 11 de abril de 2023

QUESTÃO 18: Considerando o artigo 290 do Código Penal Militar, que trata sobre o tráfico, posse ou uso de entorpecente ou substância de efeito similar, julgue os itens abaixo e aponte a CORRETA:

- a) A jurisprudência do Superior Tribunal Militar vem aplicando a lei 11.343/2006 (lei de drogas) no caso de crimes relacionados a entorpecentes, pois vem considerando que esta lei tratou o tema de forma mais abrangente e revogou o artigo 290 do Código Penal Militar.
- b) A jurisprudência do Superior Tribunal Militar aceita, de forma majoritária, a aplicação do princípio da insignificância no caso dos crimes previsto no artigo 290 do Código Penal Militar, pois reconhece que, em determinadas situações, o tráfico, posse ou uso de



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

entorpecentes tem baixa lesividade e o problema do uso de entorpecentes trata-se de uma questão de saúde pública.

c) Quem fornece, ministra ou entrega, de qualquer forma, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica a militar em serviço, ou em manobras ou exercício incorrerá na forma assimilada ao caput do artigo 290, estando sujeito a mesma pena.

d) Se o agente for farmacêutico, médico, dentista ou veterinário, incorrerá na forma privilegiada do caput.

QUESTÃO 19: Considerando o Código Penal Militar, julgue os itens a seguir e aponte a CORRETA:

a) O militar ou assemelhado que recusar exercer, sem motivo legal, função que lhe seja atribuída na administração da Justiça Militar, incorrerá na prática do crime de desobediência, previsto no artigo 301 do Código Penal Militar.

b) Incorrerá na prática do crime de denúncia caluniosa, prevista no artigo 343 do Código Penal Militar, aquele que der causa à instauração de sindicância, inquérito policial ou processo judicial militar contra alguém, imputando-lhe crime sujeito à jurisdição militar, de que o sabe inocente.

c) O Militar que abandonar, sem ordem superior, o posto ou lugar de serviço que lhe tenha sido designado, ou o serviço que lhe cumpria, antes de terminá-lo, incorrerá no crime de abandono de cargo, previsto no artigo 330 do Código Penal Militar.

d) O convocado à incorporação que deixa de se apresentar dentro do prazo que lhe foi marcado, ou, apresentando-se, se ausentar antes do ato oficial de incorporação, incorrerá na prática do crime de insubmissão, previsto no artigo 183 do Código Penal Militar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR E DIREITO PROCESSUAL PENAL COMUM

QUESTÃO 20: À luz do Código de Processo Penal Militar, quanto ao inquérito policial militar, julgue os itens abaixo e em seguida marque a opção CORRETA:



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

I – Será encarregado do inquérito, sempre que possível, oficial de posto não inferior ao de capitão ou capitão-tenente;

II – Conforme a sistemática do CPPM, é possível a detenção do indiciado pelo encarregado do inquérito policial militar, durante as investigações policiais, até trinta dias, independentemente de flagrante delito, comunicando-se a detenção à autoridade judiciária competente.

III – O inquérito policial militar deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado estiver preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

IV – O inquérito policial militar não poderá ser dispensado nos casos de crime de desacato contra autoridade judiciária militar, no exercício de sua função ou em razão dela (artigo 341 do Código Penal Militar).

Opções para resposta:

- a) Os números I, III e IV estão corretos;
- b) Os números III e IV estão incorretos;
- c) Apenas o número II está incorreto;
- d) Os números II e III estão corretos.

QUESTÃO 21: Sobre a temática Justiça Militar da União, Lei nº8.457/1992 (Organização da Justiça Militar da União) e Competência da Justiça Militar da União, assinale a opção CORRETA conforme a legislação pertinente e jurisprudência do Superior Tribunal Militar:

- a) São órgãos da Justiça Militar apenas o Superior Tribunal Militar, a Corregedoria da Justiça Militar, os Conselhos de Justiça, os juízes federais da Justiça Militar e os juízes federais substitutos da Justiça Militar;



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

- b) O Conselho Especial de Justiça é constituído pelo juiz federal da Justiça Militar ou juiz federal substituto da Justiça Militar, que o presidirá, e por 4 (quatro) juízes militares, dentre os quais 1 (um) oficial-general ou oficial superior, competindo-lhe processar e julgar oficiais, inclusive oficiais-generais, nos delitos previstos na legislação penal militar;
- c) Compete ao juiz federal da Justiça Militar processar e julgar, de forma monocrática, somente civis nos casos previstos no artigo 9º, incisos I e III, do Código Penal Militar.
- d) A desclassificação de crime capitulado na denúncia pode ser operada pelo Tribunal ou pelos Conselhos de Justiça, mesmo sem manifestação neste sentido do Ministério Público Militar nas alegações finais, desde quando importe em benefício para o réu e conste da matéria fática.

QUESTÃO 22: Acerca da legislação e jurisprudência do Superior Tribunal Militar alusivas ao processo especial de deserção, assinale a opção INCORRETA:

- a) O termo de deserção tem natureza de instrução provisória e destina-se a fornecer os elementos necessários à propositura da ação penal, sujeitando, desde logo, o desertor à prisão;
- b) O desertor que não for julgado no prazo de sessenta dias, a contar do dia de sua apresentação voluntária ou captura, será posto em liberdade, salvo se tiver dado causa ao retardamento do processo;
- c) O desertor sem estabilidade não ficará isento do processo, ainda que, por apresentação voluntária ou em razão de captura, for julgado em inspeção de saúde, para fins de reinclusão ou incorporação, incapaz para o Serviço Militar, após o pronunciamento do representante do Ministério Público Militar;
- d) A praça sem estabilidade não pode ser denunciada por deserção sem ter readquirido o status de militar, condição de procedibilidade para a *persecutio criminis*, através da reinclusão. Para a praça estável, a condição de procedibilidade é a reversão ao serviço ativo.

QUESTÃO 23: Considerando o tratamento dado aos recursos no Código de Processo Penal Militar, aponte a assertiva correta:

- a) O Ministério Público poderá desistir do recurso que haja interposto.



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

- b) O Ministério Público e o réu poderão opor embargos de nulidade, infringentes do julgado e de declaração, às sentenças finais proferidas pelo Superior Tribunal Militar
- c) No caso de concurso de agentes, a decisão do recurso interposto por um dos réus, ainda que fundada em motivos que sejam de caráter exclusivamente pessoal, aproveitará aos outros.
- d) No caso do recurso de apelação, com a resposta do recorrido ou sem ela, o auditor ou o Conselho de Justiça, dentro em cinco dias, poderá reformar a decisão recorrida ou mandar juntar ao recurso o traslado das peças dos autos, que julgar convenientes para a sustentação dela.

QUESTÃO 24: Conforme lição de Fernando Capez, “*conexão é o vínculo, o liame, o nexo que se estabelece entre dois ou mais fatos, que os torna entrelaçados por algum motivo, sugerindo a sua reunião no mesmo processo, a fim de que sejam julgados pelo mesmo juiz, diante do mesmo compêndio probatório e com isso se evitem decisões contraditórias*” (Curso de Processo Penal, 29 ed., São Paulo: SaraivaJur, 2022). Sobre as espécies de conexão, julgue os itens abaixo e em seguida aponte a opção CORRETA:

Item I – Entende-se por conexão intersubjetiva por simultaneidade quando duas ou mais infrações são praticadas por várias pessoas, umas contra as outras.

Item II – Ocorre conexão instrumental ou probatória quando a prova de uma infração influir na outra, sendo uma questão de conveniência para a busca da verdade real.

Item III – A conexão intersubjetiva por reciprocidade ocorre quando duas ou mais infrações são praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas reunidas, sem que exista liame subjetivo entre elas;

Item IV – Compreende-se por conexão objetiva quando uma infração é praticada para facilitar a execução de outra (conexão objetiva teleológica) ou para ocultar, garantir vantagem ou impunidade a outra (conexão objetiva consequencial).

Opções para resposta:

- a) Os números II e IV estão corretos;
- b) Os números III e IV estão incorretos;
- c) Os números I e II estão corretos;



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

d) Os números II e III estão incorretos.

QUESTÃO 25: À luz do Código de Processo Penal comum e da jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a resposta INCORRETA sobre o acordo de não persecução penal:

- a) É possível a aplicação retroativa do acordo de não persecução penal, desde que a denúncia não tenha sido recebida;
- b) O art. 28-A do Código de Processo Penal comum, que dispõe sobre o acordo de não persecução penal, não se aplica à Justiça Militar da União;
- c) É competência exclusiva do Ministério Público a possibilidade de oferecimento do acordo de não persecução penal, não cabendo ao Poder Judiciário determinar ao órgão acusador que o ofereça;
- d) No caso de recusa, por parte do Ministério Público, em propor o acordo de não persecução penal, o investigado poderá requerer a remessa dos autos a órgão superior, devendo o *Parquet* notificar o investigado da decisão, obrigatoriamente, conforme legislação vigente.

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 26: A primeira década dos anos 2000 vislumbrou a promulgação de textos constitucionais galgados no direito à diversidade cultural e identidade, a exemplo da Constituição do Equador de 2008, promovendo a revisão dos conceitos de legitimidade e participação popular, especialmente de parcela da população historicamente excluída dos processos de decisão. Essa moldura constitucional ocasionou rupturas paradigmáticas, sobretudo com a ideologia colonialista. Tais características correspondem ao:

- a) Neoconstitucionalismo;
- b) Panconstitucionalismo;
- c) Constitucionalismo pluricultural;
- d) Constitucionalismo social.

QUESTÃO 27: Conforme dicção expressa da Constituição da República, são funções institucionais do Ministério Público, EXCETO:



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

- a) Exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar;
- b) Exercer a representação judicial de entidades públicas;
- c) Promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;
- d) Requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais.

QUESTÃO 28: Sobre o controle difuso de constitucionalidade e a cláusula de reserva de plenário (“*full bench*”), marque a opção CORRETA:

- a) Somente pelo voto da maioria relativa de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público;
- b) A cláusula de reserva de plenário se aplica às Turmas Recursais dos Juizados Especiais, de modo que não poderão declarar incidentalmente a inconstitucionalidade de lei.
- c) O instituto do “*full bench*” aplica-se aos magistrados singulares quando no exercício da jurisdição constitucional, porque dirigida aos órgãos do Poder Judiciário.
- d) A decisão de órgão fracionário de Tribunal que embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte, viola a cláusula de reserva de plenário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 29: Sobre a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, julgue os itens abaixo:

I – Após a Lei 14.230/21 somente condutas dolosas podem ser objeto de ações de improbidade, razão pela qual todas as condenações por condutas culposas devem ser revistas em razão da retroatividade da lei mais benéfica;

II – O agente público somente pode ser responsabilizado por improbidade administrativa caso o ato por ele praticado esteja tipicamente previsto na Lei 8.429/92;



MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA DE JUSTIÇA MILITAR EM SÃO LUÍS/MA
1º PROCESSO PÚBLICO DE SELEÇÃO DE RESIDENTES/2023
DIREITO

III – Somente o Ministério Público pode figurar no polo ativo das ações de improbidade administrativa.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente o item I está correto;
- b) Somente o item II está correto;
- c) Somente o item III está correto;
- d) Todos os itens estão incorretos.

QUESTÃO 30: Sobre os Poderes e Funções Administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A possibilidade de punir os agentes públicos que cometem faltas funcionais é uma faceta do poder de polícia.
- b) A licença é tanto o exemplo de discricionariedade quanto de exercício do poder de polícia.
- c) No exercício do poder hierárquico é possível a um superior que determine a revisão de atos praticados por subordinados, ainda que não sejam detectados vícios.
- d) O direito brasileiro não admite a figura do decreto regulamentar, visto que não é compatível com a forma republicana e a repartição de poderes.